



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio  
*ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS*

### **ATA DA IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS**

Às 14h15min do dia 12 de novembro de 2008 deu-se início a IX Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty.

Compareceram à reunião os conselheiros: Julio José Maria Junior (APA de Cairuçu/ICMBio); Stainer Peixoto Braga (Instituto Ambiental Costa Verde); Roberto Campos Villaça (UFF); Giovanni Carlo Bloise e Ronaldo Monteiro Pessoa (Eletronuclear); Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo); João Luiz Vilela Victal (Bioma/Bemar); Jorge Paulo Ramiro (Colônia de Pesca Z 18/Paraty); Jayme Tavares (SEAP); José Rafael Ribeiro (SAPE); Comandante Guilherme (ATSCV); Dirceu Borin (ATCV); Sylvia de Souza Chada e Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios); Joel Creed (UERJ); Marcos Bastos (UERJ/ CEADS); Mônica Nemer (IEF/Feema-RJ); Fernanda Gilbertoni Carneiro (IPHAN/Paraty); Júlio Magno Ramos (PMAR- Secretaria de Pesca); Sílvio dos Santos (Amapar); Agnelo Alves (Associação de Moradores da Vila Histórica de Mambucaba) e Inaldo F. Barbosa (Capitania – Paraty).

Também estavam presentes os convidados: Bruna Ugulino (IACV); José Carlos Pedrosa (APEPAD); Leonardo Fernandes Castro (IED-BIG); Igor M. C. Costa (Operadora Jamanta); Herbert Faria Brasil (Transpetro); Umberto Moreira de Azevedo (Transpetro); Luciano O. Vidal (AMAPAR); Francisco P. Oliveira (Propescar); Domício Vieira da Silva (SEAP/PR-GO); Neide Cléa Ribeiro (SEAP/PR-RJ); Otto Fiúza Nogueira (TurisAngra); Claudio Magalhães (Associação de Moradores Corumbê); Valéria Mozzir Lourenço (Condema/SAPMA); Emétrio Américo (AENTUR); David J. (Condema); Rodrigo O. de Mesquita (Advogado); Enoc Borges (Jornal da Cidade); Camila Barcellos (IBIO), Enrico Marone (IBIO) e Felipe E. Seuto (SAPMA).

Justificaram ausência: Lucia Guirra (FIPERJ) e Joaquim (COMAMP).

Não justificaram a ausência: SEBRAE; Assoc. Moradores da Prainha; Assoc. Moradores de Tarituba; AMBIG.

A chefe da ESEC Tamoios, Sylvia Chada, iniciou a reunião apresentando a pauta que consistia em: Apresentações; Leitura e aprovação da Ata (VIII Reunião Ordinária do dia 13 de agosto); Informes das Câmaras Temáticas em andamento; Eleição da Secretaria-Executiva, Informes Gerais; Encaminhamentos finais e agenda.

Inicialmente, Sylvia (ESEC Tamoios) sugeriu uma rodada de apresentação dos participantes, que terminou por volta das 14h40min. Prosseguiu-se lendo a ata da última reunião ordinária por Adriana Gomes (ESEC Tamoios), e após a leitura da ata foi reservado um período de tempo para que os conselheiros se manifestassem quanto às retificações necessárias. Não houve retificações, sendo então aprovada a ata. Dando prosseguimento à pauta, referente aos informes das Câmaras Temáticas, Comte Guilherme (ATSCV) informou que no último dia 20 de setembro realizou-se o evento "*Clean Up Day*" com participação efetiva da ESEC Tamoios e 300 estudantes. O evento consistiu em uma campanha de limpeza da Baía da Ilha Grande com o objetivo de conscientizar a comunidade. Lembrou que a Baía da Ilha Grande recebe cerca de sete milhões de litros de esgoto por dia e os pontos sensíveis pertencentes à área da ESEC, envolvendo questões como o lançamento de água de lastro dos navios, ressaltando a necessidade de conscientização das comunidades da região. Fez um resumo sobre a reunião da CT de Turismo, que teve o analista ambiental Régis (ESEC Tamoios) como participante, e chamou a todos para participar da elaboração do projeto de uso da área da ESEC pelo mergulho, não sendo admissível que uma atividade se sobressaia a outra. Sylvia (ESEC Tamoios) fez uma

ressalva quanto ao termo “usar”. Esclareceu que o objetivo não é usar a ESEC e sim preservá-la, e que o que está sendo proposto é a elaboração de um projeto de pesquisa que avalie o impacto da atividade de mergulho em áreas da UC. Quanto aos informes da Câmara Temática de Aqüicultura e Pesca, Júlio (AMBIG) e André (Secretaria de Pesca – Angra dos Reis) ficaram responsáveis na última reunião da Câmara (4 de novembro) de nesta reunião trazerem as discussões levantadas sobre a realização do censo da atividade pesqueira na região de Angra dos Reis e Paraty, através da elaboração de um projeto de pesquisa, mas não vieram para a reunião do Conselho. A FIPERJ, coordenadora da CT de Aqui e Pesca, também não pode estar presente.

Vidal (AMAPAR) informou que a Eletronuclear respondeu por mail que não haveria possibilidade da empresa financiar o censo, como havia sido cogitado em reuniões da CT de Aqui e Pesca pelos participantes. Jayme (SEAP) informou que esteve, recentemente, com representantes do IBGE e lhe foi repassado que todo censo no Brasil sobre as atividades pesqueiras serão realizadas pela SEAP. Propôs que a realização do censo no estado do Rio de Janeiro fosse feito através da parceria entre a SEAP e FIPERJ. Falou sobre as informações sobre o setor de pesca que a instituição já possui e no possível anexo destas as que serão obtidas no censo. Sylvia (ESEC) cogitou a possibilidade do repasse destas informações pertencentes à SEAP para a FIPERJ. Jayme (SEAP) concordou em repassar tais informações. Almir (Associação de Moradores da Ilha do Araújo) discursou sobre a necessidade e importância do censo pesqueiro para a região de Angra dos Reis e Paraty. Agnelo (Associação Moradores da Vila Histórica) ressaltou que o censo será útil para entendermos a dinâmica da atividade de pesca na região e dessa forma buscar conciliar a atividade e a preservação da área da UC, indagou sobre o censo nacional e disse que este é muito amplo.

Jayme (SEAP) concordou que o tempo para a realização do censo nacional, quanto às etapas que este passará desde a sua aprovação até a entrega do relatório final, poderia consumir certo tempo. E visto a necessidade do censo na região, comprometeu-se em buscar uma alternativa para acelerar a realização do censo juntamente com a FIPERJ, para que não seja necessário esperar a formação do Conselho nacional e a deliberação do censo nacional.

Ronaldo Pessoa (ELETRONUCLEAR) propôs a realização de uma espécie de censo piloto e depois unir este ao nacional, já que o modelo de censo proposto pelo IBGE é composto por um modelo com suas respectivas normas a serem seguidas. Sylvia pediu a Enrico Marone, representante do Instituto Bioatlântica (IBIO), que fizesse uma breve apresentação do projeto a ser implementado pela sua instituição. Explicou que Enrico participou da última reunião da Câmara Técnica de Aqüicultura e Pesca justamente por conta deste projeto recém-aprovado por sua instituição, que pretende fazer um diagnóstico da pesca artesanal na baía da Ilha Grande. Enrico falou que o projeto basicamente consiste em uma caracterização sociológica da pesca artesanal na região, que será realizado no período de um ano, contando como público alvo a pesca artesanal, atingindo 34 comunidades de Angra dos Reis e Paraty, georeferenciando os pontos de pesca, e dessa forma buscando tentando entender a dinâmica da atividade na região. Consistirá em entrevistas e questionários a serem feitos nas comunidades que tem sua economia tradicionalmente voltada para a pesca, e dentre estas comunidades, serão realizados trabalhos em 4 comunidades pilotos (2 Angra e 2 Paraty), contando com cursos de capacitação para comunidade e plano de negócio. Dentre os cursos, 3 são cursos de capacitação em maricultura. Enrico disse que este pode vir a contribuir com o projeto de censo, como alternativa de produção aos pescadores artesanais. São parceiros deste projeto o CODIG e SEA. O custo total do projeto será de 300 mil reais. Vidal (AMAPAR) falou que o projeto do IBIO exclui a participação dos pescadores na sua formulação e propôs a possibilidade de uma reunião com os pescadores para averiguarem se é realmente esta proposta, disposta no projeto da instituição do Enrico, o que eles desejam. Leonardo (IED.BIG) falou da importância da maricultura para a região. Júlio Magno (PMAR) colocou que a questão da pesca artesanal envolve uma grande falta de definição. Salientou que há vários pontos a serem ajustados nas premissas de classificação da pesca artesanal, disse que faltam parâmetros para definir e classificar quem é pescador artesanal. Rafael (SAPÊ) propôs levar a proposta do IBIO junto à Câmara Temática de Aqüicultura e Pesca, para analisarem em que o estudo pode colaborar ao projeto do Censo. Sylvia lembrou que a

Câmara Temática de Pesca possui a proposta de ser uma articulação regional (envolvendo as várias unidades de conservação da baía da Ilha Grande) e propôs marcar reunião da Câmara Temática de Aqüicultura e Pesca para o dia 10/12 com os representantes do projeto da ONG IBIO para maiores esclarecimentos e ajustamentos.

Dando prosseguimento à pauta, passou-se a discussão sobre a eleição da secretaria executiva do presente Conselho. Duas instituições membros do Conselho se candidataram, sob a forma de uma pessoa física: Carlos Pompei - ATSCV e Bruna Ugulino – IACV.

Comandante Guilherme (ATSCV) ressaltou que Carlos Pompei (ATSCV), preterido na última reunião do Conselho para assumir o cargo, teria aceitado tal incumbência. Fernanda (IPHAN/Paraty) perguntou quantos membros poderiam compor a secretaria e se seria possível dividir as atribuições. Stainer (IACV) requisitou a Sylvia que fosse lido novamente os atributos e atribuições do futuro secretário. Sylvia lembrou que, segundo o regimento interno, a Secretaria Executiva deverá ser exercida por membro eleito pelo Plenário e os serviços desta Secretaria Executiva serão desenvolvidos com apoio técnico, operacional e administrativo da Estação Ecológica de Tamoios. Membro este pertencente a uma das instituições do Conselho. Sylvia denotou o fato de Carlos Pompei não estar presente no momento para confirmar sua candidatura visto que, na última reunião Carlos havia declinado da indicação por segundo ele mesmo, não dispor de tempo para se dedicar a esta função. Stainer (IACV) ressaltou que a instituição a ter um membro eleito secretário executivo, deve ser da região e que a instituição seja presente nas reuniões. Por maioria absoluta, os conselheiros presentes aprovaram a membro do IACV, Bruna Ugulino, como secretária executiva do Conselho. Dando prosseguimento à pauta, quanto aos encaminhamentos, Adriana (ESEC) falou sobre o convite feito a Transpetro para participar no Conselho. Sylvia (ESEC) ressaltou a importância da participação desta instituição no Conselho, visto os trabalhos, pesquisas, cursos realizados pela instituição na área ambiental. Propôs então a divisão da cadeira, sendo suplente da ELETRONUCLEAR. Lembrou que na última reunião fora aprovado a decisão do SEBRAE dividir a cadeira com a FIPERJ. Ronaldo, representante da ELETRONUCLEAR, questionou o fato de como ficará a divisão do voto para as duas instituições.

Marcos Bastos (UERJ) perguntou se há titular e suplente dentro da cadeira. Sylvia (ESEC) explicou como ocorre a divisão entre cadeiras de um mesmo setor, dentro da composição do Conselho, segundo disposto no regimento. Ressaltou que, caso haja discordância entre as duas instituições em um exercício que exija votação, a titular é quem tem direito ao voto. E caso haja impasse entre instituições que dividem uma cadeira, haverá um tempo para que estas articulem entre si em busca de um consenso. Rafael (SAPE) colocou que a tendência natural de um Conselho é ter a diminuição de seus membros, pois um Conselho muito grande tende a falhar em sua missão devido ao maior número de divergência entre opiniões que venham a ocorrer. E salientou o que vem ocorrendo neste conselho, o fato de está aumentando o número de instituições membros a partir da divisão de cadeiras. Propôs que no futuro possa haver um rearranjo do número de membros dentro do Conselho, visto estarmos no meio de um mandato e esta proposta vislumbraria um próximo mandato. Valéria (CONDEMA), pleiteou participação do CONDEMA no Conselho da ESEC Tamoios. Otto (TURISANGRA) questionou sobre a não participação de sua instituição neste Conselho. Sylvia (ESEC) explicou que a TURISANGRA já participa da CT de Turismo, e quanto ao pleito da CONDEMA, falou que não faz muito sentido um Conselho pedir vaga em outro Conselho, ainda mais considerando que várias instituições que fazem parte do CONDEMA estão representadas no Conselho da ESEC Tamoios. Rafael (SAPE) opinou que pela lógica, dever-se-ia receber o pedido para posterior análise, tendo por base o regimento interno, frisando não voltar a discutir mudanças no regimento interno. Marcos Bastos (UERJ) concordou em não decidir este assunto agora, e salientou que deve-se prestar atenção nas câmaras temáticas. A APEPAD também solicitou o ingresso no Conselho. Sylvia (ESEC) propôs que, as instituições que desejam participar do Conselho façam um ofício solicitando ingresso, e estas solicitações serão decididas posteriormente pelos já membros do Conselho. Almir Tã (Associação de Moradores da Ilha do Araújo) propôs cortar os membros faltosos, Rafael (SAPE) concordou. Humberto (TRANSPETRO) falou sobre a opinião da sua instituição quanto à divisão da cadeira com a ELETRONUCLEAR, que não há problema algum. Por maioria absoluta, os conselheiros presentes aprovaram a inclusão da TRANSPETRO no Conselho. Dando prosseguimento à pauta, quanto aos informes gerais,

Stainer (IACV) trouxe a questão da licença para a dragagem da foz do rio Perequê acima do rio Mambucaba para controle das cheias, concedida pela SERLA. Apresentou algumas fotos da obra que já havia sido iniciada, informou que a obra encontra-se embargada, e levantou que o Conselho deve ter uma posição junto a ESEC sobre a questão. Sylvia (ESEC) explicou a sua ausência durante a semana em que ocorreu o fato, e leu o ofício ESEC Tamoios nº 92/08 encaminhado para o secretário de Meio Ambiente de Angra dos Reis sobre o fato, onde destaca que a foz do rio Mambucaba é área integrante da ESEC Tamoios e sobre a importância de preservação desse ambiente. Cmte Guilherme (ATSCV) pergunta se barcos pertencentes a outros municípios podem atuar aqui. Otto (TurisAngra) responde que para a embarcação estar devidamente regularizada na situação questionada, deve possuir dois registros, um no município de origem e outro aqui na região da Costa Verde. Júlio Magno (PMAR) falou do defeso da sardinha, e quanto à informação fornecida pelo IBAMA de que a produção nacional seria de 21 mil toneladas. Disse que somente em Angra a produção chega a até 20 mil toneladas e a do Sul chega a 50 mil toneladas, e não considerando essas informações o IBAMA anunciou aumento do período de defeso e diminuição da frota. Vidal sugeriu que seja colocada em pauta a ser trabalhada, a legislação dos criadores marinhos, já que segundo ele, a própria ESEC colocou a Marinha dificultando o exercício dos pescadores nessa nova atividade. Relatou a operação do IBAMA que apreendeu 15 barcos de pesca, um dia após uma reunião da Câmara Técnica de Aqüicultura e Pesca ocorrida na própria estação, prejudicando diversos pescadores, contrariando o princípio do diálogo que vem sendo trabalhado aqui. Segundo afirmação do Morelli, chefe da fiscalização, a operação ocorreu por insistência da Analista Ambiental Adriana. Disse que após o incidente, verificou-se que apenas 3 barcos estavam realmente em áreas da ESEC Tamoios, e pediu apoio da SEAP para apurem o ocorrido episódio que levou os pescadores a esta humilhação. Comentou que as áreas da ESEC não possuem demarcação e dessa forma, propôs que essa demarcação seja feita com bóia cega e bóia luminosa. Rafael (SAPE) sugeriu que se relate a ocorrência e solicite a presença do IBAMA nas reuniões, especialmente na Câmara Temática de Aqüicultura e Pesca. Sylvia (ESEC Tamoios) leu o Ofício ESEC Tamoios nº 91/08, encaminhado a AMAPAR, esclarecendo que a fiscalização é atribuição dos órgãos ambientais, que tem poder de polícia ambiental, e que tratava-se de absoluta inverdade a insinuação que a operação de fiscalização por ele referida, ocorrida no dia 25 de setembro, tinha ocorrido por solicitação da analista ambiental Adriana Gomes. Rafael (SAPÊ) fez os seguintes informes: a realização do Encontro de Populações Tradicionais e Gestores do Mosaico Bocaina, nos dias 24,25 e 26 de outubro, no Campinho da Independência, em Paraty; Oficina para populações atingidas pela exploração do petróleo, a ser realizada nos dias 14 e 15/11 no Rio de Janeiro; Atividades da nova gestão do PNSB. João (BEMAR) deu informe a respeito da Câmara Temática de Educação Ambiental, sobre o barco escola e das atividades realizadas na sede da ESEC Tamoios. Ressaltou a necessidade de apoio para continuar estas atividades, sendo atendidos somente neste ano 572 alunos. Sylvia (ESEC) informou que a Eletronuclear se comprometeu a apoiar a colocação das placas informativas nas ilhas. Jayme (SEAP) informou o prazo final para solicitar emendas parlamentares, até o fim desse mês. Sintetizou os planos da SEAP para aplicação de quase 1 milhão (934 mil) de reais dedicados a investimentos previstos no PPA, disse que existem 50 territórios monitorados de pesca no Brasil, sendo 02 no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo da SEAP é buscar incluir a Região do Sul do Estado do Rio de Janeiro como um novo território, levando para isso um projeto pronto. Propôs construir a CIPAR (?) na região, dando mais autonomia aos pescadores livrando-os da dependência do atravessador e do Estado. Foi informado que o Fórum de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros será instalado em Angra dos Reis no dia 12 de dezembro de 2008.

Encaminhamentos: Reunião da CT Aqüicultura e Pesca no próximo dia 10 de dezembro, para apresentação e discussão do Projeto do IBIO, solicitação a SEAP que o censo pesqueiro comece pela Baía da Ilha Grande, estabelecimento de uma reunião com os pescadores para adaptação dos componentes do projeto. A avaliação do ano de 2008 ficou para a primeira reunião do Conselho em 2009, que será no dia 12 de fevereiro. A reunião foi encerrada às 17 h 40m.

ESEC Tamoios/Paraty, 12 de novembro de 2008.